

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E NEOLIBERALISMO NO BRASIL: RETROCEDER, TREINAR E CAPACITAR PARA A PRECARIZAÇÃO

PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION AND
NEOLIBERALISM IN BRAZIL: GOING BACK, TRAINING AND
TRAINING FOR PRECARIOUSNESS

Tiago Fávero de Oliveira

IF Sudeste MG - Campus Santos Dumont, Santos Dumont, Brasil

tiago.oliveira@ifsudestemg.edu.br | orcid.org/0000-0001-5117-6274

Resumo

Este texto analisa como o neoliberalismo modela uma nova perspectiva sobre a educação profissional e tecnológica. Neste sentido, o objetivo do artigo é analisar qual a visão e o lugar da EPT na sociedade neoliberal. A partir de uma análise histórico-descritiva, a pesquisa usará de autores do campo crítico para entender as mudanças dirigidas à formação para o trabalho no Brasil. Logo em seguida, o estudo relaciona o neoliberalismo com traços fundamentais das novas políticas de formação profissional, indicando pontos como o rejuvenescimento da Teoria do Capital Humano, o retorno da Pedagogia das Competências e a emergência de discursos ligados ao empreendedorismo, a meritocracia e a precarização do trabalhador. Ao final, será possível perceber que as políticas atuais atuam num cenário regressivo em que uma formação ampla, pautada na ciência e na emancipação dá lugar a programas educacionais que são reduzidos a um treinamento. O texto se encerra analisando os impactos deste cenário para a realidade brasileira (periférica e dependente) e busca indicar caminhos para a resistência.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Neoliberalismo; Trabalho. Fragmentação; Precarização.

PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION AND
NEOLIBERALISM IN BRAZIL: GOING BACK, TRAINING AND
ENABLING FOR PRECARIZATION

Abstract

A R T I G O

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não comercial - Compartilhar igual 4.0 Internacional.



This text analyzes how neoliberalism shapes a new perspective of vocational and technological education. In this sense, the objective of the article is to analyze the vision and place of the EPT in neoliberal society. From a historical-descriptive analysis, the research will use authors from the critical field to understand the changes directed to training for work in Brazil. Soon after, the study relates neoliberalism with fundamental traits of new professional training policies, indicating points such as the rejuvenation of the Theory of Human Capital, the return of Pedagogy of Competencies and the emergence of discourses related to entrepreneurship, meritocracy and precariousness. of the worker. In the end, it will be possible to perceive that current policies operate in a regressive scenario in which a broad education, based on science and emancipation, gives way to educational programs that are reduced to training. The text ends by analyzing the impacts of this scenario for the Brazilian reality (peripheral and dependent) and seeks to indicate paths for resistance.

Keywords: Professional and Technological Education; Neoliberalism; Work; Fragmentation; Precariousness.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL Y TECNOLÓGICA Y NEOLIBERALISMO EM BRASIL: RETROCESSO, FORMAÇÃO Y HABILITACIÓN PARA LA PRECARIZACIÓN

Resumen

Este texto analiza cómo el neoliberalismo configura una nueva perspectiva de la educación vocacional y tecnológica. En este sentido, el objetivo del artículo es analizar la visión y el lugar de la EPT en la sociedad neoliberal. A partir de un análisis histórico-descriptivo, la investigación utilizará autores del campo crítico para comprender los cambios dirigidos a la formación para el trabajo en Brasil. Poco después, el estudio relaciona el neoliberalismo con rasgos fundamentales de las nuevas políticas de formación profesional, señalando puntos como el rejuvenecimiento de la Teoría del Capital Humano, el retorno de la Pedagogía de las Competencias y el surgimiento de discursos relacionados con el emprendimiento, la meritocracia y la precariedad. el trabajador. Al final, será posible percibir que las políticas actuales operan en un escenario regresivo en el que una educación amplia, basada en la ciencia y la emancipación, da paso a programas educativos que se reducen a la formación. El texto termina analizando los impactos de ese escenario para la realidad brasileña (periférica y dependiente) y busca señalar caminos de resistencia.

Palabras clave: Educación Profesional y Tecnológica; Neoliberalismo; Trabajo; Fragmentación; Precariedade.

Introdução

Nos últimos tempos, muito se tem discutido sobre a importância da educação e de políticas educacionais frente a crise estrutural (social, econômica, política e cultural) que atravessa várias dimensões da vida humana. É recorrente ouvir que grande parte da

responsabilidade pelo que se vive está creditada às escolas. Por conta disso, é possível perceber que muitas reformas e contrarreformas¹ (tanto na educação quanto em outras áreas) tem sido implementadas no Brasil. Como a política reflete valores, relações e sistemas que existem de forma concreta e material, o neoliberalismo, enquanto ideário hegemonicamente presente em nossa sociedade, interfere diretamente na agenda e na pauta das políticas, indicando caminhos, estratégias e metas que afetam diretamente a vida de todos. Vive-se um tempo em que muitas mudanças são propostas, mediante a promessa de que há solução simples para problemas e dilemas que, além de antigos, são complexos.

Neste cenário, a EPT (Educação Profissional e Tecnológica) não fica imune, pois se torna alvo de uma série de medidas, sofrendo impactos tanto na esfera dos discursos (ora valorizando, ora criticando) como também no que diz respeito à proposição de políticas. É por conta disso que este trabalho procura responder a seguinte questão: qual o lugar que a EPT assume nas políticas neoliberais da atualidade? Como ela vista neste contexto neoliberal? Dessa questão central, outras indagações secundárias também são importantes, quais sejam: como marcos da trajetória histórica da EPT repercutem nos dias atuais? A quais interesses a visão que se tem da EPT servem? Quais os impactos e consequências disso?

Refletir sobre essas questões é importante pois, num contexto marcado por mudanças, é preciso ter consciência do que está acontecendo, acompanhar os movimentos, entender os efeitos e analisar formas de responder àquilo que representa um ataque e reforçar o que pode ser interpretado como um avanço. Além disso,

¹ Esta pesquisa utiliza o termo contrarreforma pois entende que as políticas analisadas não garantem avanços nem melhorias (que são característicos de uma reforma). Ao contrário: o que se vê são ataques e retrocessos. Neste sentido, o termo contrarreforma é mais apropriado não só por representar melhor o contexto, como também para marcar posição no campo de lutas e disputas, que também se dão na dimensão da linguagem e dos conceitos e significados, uma vez que, segundo Behring (2003, p. 211): “o reformismo, ainda que possa e deva criticá-lo, como o fez Rosa Luxemburgo, é um patrimônio da esquerda”

este estudo também se justifica pela atualidade, urgência e intensidade das contrarreformas em curso. Dada a centralidade que o trabalho ocupa na vida humana, entender como processos de formação para o trabalho são considerados essenciais não só como forma de garantir a sobrevivência e a reprodução humanas mas também como caminho para otimizar processos e arrojar compreensões.

Este trabalho usa do materialismo histórico e dialético como aporte teórico e como método de pesquisa. Através de pesquisa em autores que buscam entender a EPT, o neoliberalismo e as novas políticas que são dirigidas à formação profissional, é realizada uma leitura crítica da realidade, mediante a identificação de categorias que formam o objeto, sinalizando para caminhos de superação e resistência do diagnóstico construído. Neste sentido, é possível afirmar que a pesquisa parte da realidade particular (entendida a partir da perspectiva histórica), chega a uma teoria mais geral e retorna à realidade particular como forma de análise de impactos e intervenção.

Dessa forma, o objetivo central da pesquisa é analisar a visão que se tem da EPT e dos demais programas de formação profissional no Brasil, buscando entender quais interesses estão em jogo e como o ideário neoliberal tem avançado e alterado a compreensão desta modalidade de ensino na direção de atender às suas demandas. Para isso, o texto está dividido em duas seções. Na primeira, há uma apresentação da trajetória histórica da EPT, evocando traços que as escolas técnicas receberam ao longo do tempo e que permanecem ou geram impactos até hoje. Na segunda seção, será realizada uma análise rápida do neoliberalismo para, a partir dela, identificar categorias que compõem a visão que se tem da EPT, indicando o lugar que ela assume na sociedade atual. Ao fim dessas duas seções, nas considerações finais, serão retomados alguns pontos centrais que foram levantados ao longo do tempo para que impactos, consequências e formas de resistência sejam identificadas.

1. A Educação Profissional e Tecnológica como campo de disputas

Políticas de formação profissional são centrais em qualquer sociedade, uma vez que, para viver e se manter, é necessário se organizar em torno do trabalho. É neste sentido que a EPT vem, ao longo do tempo, sendo alvo de uma série de projetos, programas e contrarreformas, buscando atender a interesses diversos e até mesmo antagônicos ao longo do tempo. Sem querer realizar um longo resgate histórico desta modalidade de ensino, é importante resgatar o fato de que, inicialmente, a formação profissional no Brasil se deu de modo compulsório, buscando preparar profissionais para ofícios que, apesar de sua importância social, eram pouco prestigiados, cuja procura era baixa: “não é de se estranhar que certas ocupações não atraíssem muitas pessoas para desempenhá-las. O resultado foi o trabalho e a aprendizagem compulsórios: ensinar ofícios a crianças e jovens que não tivessem escolha” (CUNHA, 2005a, p. 23). É neste contexto que os primeiros destinatários da formação profissional no país foram os pobres, órfãos e desvalidos da sorte, vistos como “matéria-prima humana” (CUNHA, 2005a, p. 112) frente às necessidades de desenvolvimento e acumulação capitalista.

Além da dimensão compulsória, as escolas profissionais no Brasil também eram vistas a partir de uma perspectiva moral. Entendia-se que a formação para o trabalho iria afastar os crianças e adolescentes da ociosidade e, conseqüentemente, diminuir a tendência à criminalidade e marginalidade. Aqui, é importante ressaltar que o público-alvo da EPT continua sendo o mesmo elencado anteriormente: “a escola se destinava a ‘gente desclassificada’, a instrução nela ministrada não deveria ultrapassar o que fosse indispensável à integração do internado na vida social, isto é, apenas o ‘cultivo necessário ao exercício profissional’” (CUNHA, 2005b, p. 41).

Com a tentativa de avançar com o projeto de industrialização nacional, a EPT manteve sua importância, não obstante tivesse

alterado seu objetivo central. A partir de agora, a ideia era capacitar tecnicamente mão-de-obra compatível com as novas exigências do modo de produção em expansão. Isso, em última análise, representava uma conformação dos trabalhadores às demandas do capital, inculcando neles toda disciplina e dedicação necessárias. Neste sentido, “o ensino profissional seria responsável pela produção de uma mercadoria especial, a força de trabalho, conformada técnica e ideologicamente à produção em que se dava a reprodução do capital” (CUNHA, 2005a, p. 179). Tal situação mantém relação direta com a afirmação de Marx (2017) quando postula que não basta a existência de uma classe proprietária e uma classe sem propriedade para que a exploração aconteça. Mais do que isso, é importante também que a classe despossuída, como condição de sua sobrevivência, aceite vender sua força de trabalho dentro das circunstâncias e limites impostos pela classe proprietária. É neste sentido que o projeto de formação profissional possui uma tríplice dimensão: “uma efetiva força produtiva, uma construção ideológica e um projeto pedagógico” (CUNHA, 2005b, p. 115).

Do exposto até aqui, saltam aos olhos dois dados importantes. O primeiro deles, diz respeito ao dualismo educacional. Se, como já dito, a formação profissional era destinada aos pobres, órfãos, desvalidos e trabalhadores, indicando e demarcando o espaço social que poderia ser ocupado por estes indivíduos, os filhos das elites não buscavam estas escolas. A eles, era destinada um outro tipo de educação. Assim, fica evidente que há uma escola para se aprender a fazer e outra escola para se aprender a pensar, indicando, inclusive, o futuro dos egressos desses dois tipos de educação². O segundo ponto diz respeito ao fato de que em alguns episódios da história nacional, por influência de políticos de orientação positivista, as escolas técnicas receberam a função de conter o bacharelismo exagerado. Defendia-se, assim, que era necessário apenas formar para o

²Este ponto mantém relação com o que é pontuado por Antônio Gramsci (1982): uma escola que separa o homo faber do homo sapiens, desconsiderando que, independente da função e atuação, todo homem desempenha funções intelectuais.

trabalho, evitando gastar tempo em aprofundar academicamente discussões abstratas e teóricas, sem compromisso com o desenvolvimento da nação. Esta concepção, por mais obtusa que seja, não está superada: ainda hoje é possível perceber discursos dessa natureza direcionados às universidades.

Avançando um pouco mais neste movimento de tentar entender a gênese e o desenvolvimento da formação profissional no país, faz-se mister ressaltar, ainda que superficialmente, a transição do Dec. 2208/1997 para o Dec. 5154/2004. A partir de intensos debates e disputas, o primeiro decreto foi revogado pelo segundo, representando não só a superação da dissociação entre educação básica e profissional, como também a sinalização da possibilidade de integração entre ambas. Mais que uma articulação em torno de modalidades e níveis de ensino, a discussão aqui foi muito mais ampla, uma vez que “a gênese das controvérsias que cercam a revogação do Decreto n. 2.208/97 e a publicação do Decreto n. 5.154/2004 está nas lutas sociais dos anos 1980, pela redemocratização do país e pela ‘remoção do entulho autoritário’” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 22).

Ao lado da possibilidade de integrar educação básica e formação técnica e pensando na necessidade de superar a dualidade educacional que marca o país, outro ponto merece destaque: a criação, em 2008, da Rede Federal de EPT, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). Não é interesse, aqui, desenvolver uma análise demorada da Rede³. O importante é apenas destacar que a política dos IFs – ainda que represente um avanço e uma revolução na oferta de educação profissional (PACHECO, 2011) – traz consigo, desde sua implementação até sua expansão, uma série de tensões e disputas. Boito Jr (2018) entende que os governos petistas, responsáveis pela

³ OTRANTO (2010) faz uma análise interessante da articulação política que possibilitou a criação da Rede e PACHECO apresenta um estudo importante acerca da lei de criação dos Institutos, sinalizando para características importantes desta política.

criação dos IFs, devem ser entendidos como governos neodesenvolvimentistas, uma vez que implementaram uma “política econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país” (BOITO JR., 2018, p. 105).

Pensando o neodesenvolvimentismo em sua relação com o neoliberalismo, percebe-se que, no caso da política de criação dos Institutos, não obstante os avanços, as marcas neoliberais são vistas com facilidade, realçando ainda mais a disputa em torno da política.

O que se vê, ao contrário, é um movimento que tende a subordinar as políticas públicas a padrões de desenvolvimento sob a hegemonia do capital financeiro. Mesmo a ilusão associada à capacidade de coesão social proporcionada por um “empresariado produtivo progressista” não leva em conta que o capitalismo dependente não é resultado de uma escolha, mas sim uma produção histórica e social do próprio capitalismo com a combinação da superexploração do trabalho e incorporação de padrões de consumo de bens que incentiva a produção estrangeira; além da política de adaptação de tecnologia, que é levada, no máximo, ao patamar da inovação (RAMOS, 2015, p. 112)

Por outro lado, mesmo com todos os limites e contradições de ser implementado dentro de uma política neodesenvolvimentista – entendida como um “desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal e periférico” (BOITO JR, 2018, p. 57) – é possível identificar traços progressistas junto a criação e expansão dos Institutos Federais. Dados atuais da Rede Federal indicam que atualmente, o Brasil possui 656 campi de IF que se encontram espalhados pelo país, chegando, inclusive, em regiões afastadas das capitais por conta de sua configuração interiorizada. Nestes *campi* são ofertados mais de 5.3 mil cursos técnicos, mais de 2.4 mil cursos de graduação, 856 cursos de pós-graduação, mais de 7 mil projetos de extensão, mais de 11 mil projetos de pesquisa aplicada produzindo, aproximadamente, 400 depósitos de patentes. A Rede conta com 1.523.466 estudantes matriculados⁴, dentre os quais, 67%

⁴Dado referente ao ano de 2021, conforme Plataforma Nilo Peçanha. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/npn>>. Acesso em 03 ago. 2022.

possuem renda familiar de até 1,5 salários-mínimos, mais de 54% se declaram pretos ou pardos e mais de 60% são mulheres⁵. Estes dados já indicam o potencial e o tamanho da Rede Federal, indicando a importância e a força dessa política que chega em regiões que até então não eram atendidas diretamente por políticas educacionais do governo federal e atinge um público cujo perfil tem grande necessidade de acessar uma educação de qualidade.

Além da grandeza dos números, é importante destacar que, mesmo dentro das contradições e marcos de uma política neodesenvolvimentista, a oferta de formação profissional dentro dos Institutos Federais não é marcada, em sua maioria, por cursos que oferecem uma formação superficial e barateada. Sobretudo no caso do Ensino Médio Integrado (EMI), vislumbra-se grande potencial de emancipação e superação do dualismo e da fragmentação, uma vez que a estrutura da Rede conta com aulas práticas em laboratórios, bolsas de apoio e permanência, participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, entre muitas outras iniciativas que produzem indicadores positivos, socialmente interessantes, sustentáveis e economicamente exitosos.

Apesar de ser progressista e favorecer a emancipação e uma formação não fragmentada e integral, a política dos Institutos Federais não pode ser caracterizada como uma iniciativa revolucionária, uma vez que representa um pequeno crescimento dentro dos limites burgueses impostos pelo capital. Mesmo sendo uma política alinhada com interesses burgueses, o avanço do capital sobre o trabalho e as políticas públicas para a formação profissional atingem políticas de formação técnica, que não ficaram imunes aos ataques e retrocessos. É para melhor compreender este fenômeno que, na próxima seção, será realizada uma breve análise da expansão do ideário neoliberal, indicando seus impactos sociais.

⁵Dados disponibilizados nas Diretrizes para Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, publicado pelo CONIF em 2022. Disponível em: <<https://portal.conif.org.br/estudos/diretrizes-para-a-educacao-profissional-e-tecnologica-do-brasil>>. Acesso em 03 ago. 2022.

2. A formação profissional e tecnológica e o avanço do ideário neoliberal

Não é interesse, aqui, discorrer de modo aprofundado sobre o neoliberalismo. Maiores referências sobre isso podem ser encontradas em Oliveira (2021a). Cumpre, apenas, resgatar o fato de que o neoliberalismo funciona a partir de uma crença fundamental na centralidade do mercado (PAULANI, 2008), atuando como uma “reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (ANDERSON, 1995, p. 9). Este cenário gera, segundo Harvey (2014), um ideário antipovo (que se posiciona sempre ao lado dos negócios e do mercado) e que se recusa a intervir para a promoção de políticas sociais, fazendo isso apenas no sentido de implementar políticas de austeridade que contribuem para a criação de um clima de negócios favorável ao capital. Somado a isso, ainda é preciso ressaltar a incompatibilidade entre neoliberalismo, mercado e democracia (WOOD, 2011), que faz com que Harvey (2014) afirma que, para o neoliberalismo, a democracia é um luxo que pode ser desprezado.

Cabe questionar, portanto, que tipo de educação profissional e tecnológica é defendido e difundido pelo capital neoliberal nos dias atuais. Tal questão é importante pois já há muito tempo é costume perceber discursos em torno da necessidade de profissionais capacitados em meio a um apagão de mão-de-obra, justificando a necessidade de políticas educacionais de formação profissional. Este discurso é questionado por Frigotto (2018) para quem não há apagão de mão-de-obra, mas sim uma crise no projeto societário brasileiro, que perpassa diversas políticas no país. É neste sentido que o mesmo autor aponta para a defesa que o capital faz de uma formação profissional ajustada às demandas do mercado. Oferta-se uma escola que vai “ensinar a fazer bem feito o que serve ao mercado” (FRIGOTTO, 2018, p. 59).

Ao que parece, o atual projeto de formação profissional alinhado ao ideário neoliberal que se pretende reforçar no Brasil passa pelo rejuvenescimento da Teoria do Capital Humano (FRIGOTTO, 2011). Tal movimento se dá pela recorrência do discurso do surgimento de uma sociedade do conhecimento, dentro da qual se busca qualidade total, entendida como o máximo de produção com o mínimo de investimento. Logicamente, tal objeto será cumprido a partir de políticas austeras, que atuam a partir da intensificação da exploração, da difusão de um pensamento que passa pela formação de subjetividades afinadas com a noção da necessidade de esforço, mérito e sacrifício num contexto em que o emprego não é mais visto como um direito, mas sim como uma conquista.

Nesta situação em que o conceito de empregabilidade é usado como recurso para ocultar os limites de um sistema que é incapaz de gerar emprego para todos, prevalece a responsabilização do indivíduo pelo seu próprio insucesso, uma vez que uma pessoa desempregada está assim porque não foi competente o suficiente para reunir em si características e habilidades que façam dela merecedora de um emprego. É neste momento que o discurso do empreendedorismo é utilizado como mais um recurso para ocultar os entraves e contradições do capital e forçar indivíduos a buscarem, de modo precário e informal, recursos para sua sobrevivência. Vendido como solução para a crise, tanto pessoal quanto social, o empreendedorismo nada mais é do que um mecanismo de aceitação da instabilidade e da necessidade de se esforçar, assumindo riscos em busca de uma falaciosa promessa de prosperidade. O limite deste discurso reside na própria realidade – que mostra que a imensa maioria de empreendedores não conseguirá fazer fortuna – e, também, no fato de que uma atitude individual como a de empreender não será capaz de resolver problemas e dilemas que são sociais, sistêmico e coletivos (CATINI, 2020).

Alinhado ao rejuvenescimento da Teoria do Capital Humano, outro movimento forte nos anos de 1990 retorna ao discurso

educacional brasileiro nos dias atuais: a pedagogia das competências cujo foco, hoje, está presente no desenvolvimento de competências socioemocionais. Sobre isso, vale citar o raciocínio de Ramos (2003), para quem, dentro do conceito de competências é possível perceber um movimento de adequação da subjetividade dos trabalhadores às relações sociais de produção, psicologizando questões sociais. Neste mesmo sentido, Magalhães (2021) reflete que apesar da Pedagogia das Competência sinalizar para a flexibilidade e a complexidade do trabalho, na prática o que se observa é a prescrição de um perfil rígido e estável no exercício profissional. O resultado disso é o esvaziamento da formação, que prioriza competências socioemocionais (que formam um sujeito resignado, conformado, dócil e disciplinado) em detrimento de competências cognitivas e teóricas.

O currículo por competências concede o grau de controle e flexibilidade necessários para realizar o fino ajuste na formação do trabalhador, de forma a não conceder mais escolarização do que é demandado em cada momento e em cada contexto socioeconômico. De acordo com a OCDE, a discrepância entre a oferta de competências por parte do conjunto da força de trabalho em um país e o que é demandado pelo mercado naquele país geraria efeitos econômicos e sociais negativos, mais especificamente quando há excesso de qualificação da força de trabalho. (...) Por suposto, este “excesso de competências” geraria reivindicações por melhores salários, o que aumentaria as possibilidades de irrupções sociais. Na mesma medida, poderia significar a formação de uma massa crítica disposta a exigir transformações mais radicais (ACCIOLY; LAMOSA, 2021, p. 712).

A partir deste cenário, a educação brasileira passa por uma série de ataques e contrarreformas, dentre as quais é possível destacar a contrarreforma do Ensino Médio, a reformulação do Programa Nacional do Livro Didático, a crise e precarização do financiamento, entre outros. Este movimento amplo da educação como um todo, traz impactos diretos para o caso da formação profissional. Em Oliveira (2021b) são mostrados os impactos que as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EPT, reforçando o discurso das competências, do empreendedorismo e da fragmentação da formação, permitindo, por exemplo, a certificação parcial dos saberes. Além disso, metodologias, conceitos e técnicas como o

learnin by doing, cultura *maker*, indústria 4.0, entre outros também compõem este movimento de conformação de subjetividades. Dessa forma, observa-se que a formação profissional defendida e difundida pelo ideário neoliberal atualmente traz consigo uma grande regressão, uma vez que, ao invés de sinalizar para a emancipação e o desenvolvimento da ciência e tecnologia, retomam categorias que reforçam a dimensão da dependência, do atraso e da desigualdade que gera exploração e precarização do trabalhador.

Chauí (2020) percebe que o capital busca formar consensos que fundamentam sua expansão mediante a disseminação de um novo léxico linguístico, dentro do quais, categorias e conceitos serão entendidos e ressignificados a partir da lógica do mercado, visto como uma arena de diálogo apenas entre empresários e governos, excluindo totalmente a participação popular nas discussões. Sobre isso, Francisco de Oliveira pontua que “a opção mistificadora e mistificada pelo mercado pode, nas condições concretas brasileiras, significar não apenas a desindustrialização, mas a barbárie social” (OLIVEIRA, 1998, p. 187).

Além da desindustrialização – que não pode ser vista como um efeito perverso inesperado, mas sim como parte de um projeto – outras consequências são previstas para o país⁶. A manutenção da condição periférica da dependência e do atraso no Brasilé reforçada pelas políticas contrarreformistas em curso. Implementar uma política de formação profissional fundada em formar mão-de-obra conformada, precária, barata e dispensável é um mecanismo que não só favorece a desigualdade e a exploração entre os indivíduos como também reforça o caráter de dependência de um projeto de sociedade que produz riqueza mediante o aprofundamento da miséria e da pobreza em um país que desiste de produzir conhecimento, ciência e

⁶“nos países dependentes, além de ser um programa de ataque aos trabalhadores, a plataforma neoliberal é, também, um ataque a um segundo alvo: o que resta de controle nacional sobre as economias dependentes. O neoliberalismo quer abrir ainda mais as economias dependentes, aprofundar sua internacionalização, e isso exige que sejam desalojadas, de ramos inteiros da economia nacional, as empresas brasileiras públicas e privadas” (BOITO JR., 2018, p. 321).

técnica de forma autônoma e emancipada, pois escolheu seguir copiando de forma atrasada (OLIVEIRA, 2003). Reforça-se, assim, a tese de que o neoliberalismo funciona a partir da exclusão, sobretudo quando, na periferia do capital, opta por formar trabalhadores inimpregáveis⁷:

as classes dominantes na América Latina desistiram de integrar a população, seja à produção, seja à cidadania. (...) O que elas pretendem é segregar, confinar, diríamos, definitivamente, consagrar nuns casos, reforçar noutros, o verdadeiro apartheid entre classes, entre os dominantes e os dominados (OLIVEIRA, 1998, p. 215).

Considerações Finais

A partir do que foi desenvolvido até aqui, acredita-se que a pesquisa foi capaz de responder as questões propostas acerca do lugar e da visão que se tem da EPT dentro das políticas de cunho neoliberal que estão em franco avanço. A análise histórica do surgimento, expansão e consolidação das escolas profissionais no Brasil foi importante para perceber que o objeto de pesquisa é um campo aberto, dentro do qual interesses antagônicos disputam consensos em torno do projeto que relaciona trabalho e educação. Neste sentido, por mais que se mire em metas diferentes, não se pode negar que ainda hoje a EPT no Brasil recebe influência e herança de um passado em que ela assumiu um papel disciplinador, eminentemente filantrópico e que foi destinada, apenas, para a fazer com que os desvalidos da sorte se transformassem em força de trabalho adaptável, dócil e compatível com os interesses de acumulação do capital.

Assim, é possível perceber que hoje, ainda que a sociedade como um todo esteja inserida numa nova fase de produção e desenvolvimento tecnológico, a EPT é defendida a partir dos mesmos padrões que foi no passado: uma formação rápida, precária, destinada àqueles que não podem perder tempo com estudos demorados em cursos de nível superior, priorizando ensinar apenas aquilo que é necessário. É uma compreensão que fragmenta o saber,

⁷ Neologismo criado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao refletir sobre a realidade brasileira (OLIVEIRA, 1998).

confisca conhecimento, impossibilita a emancipação e segrega indivíduos a partir de suas origem social. Além disso, o que se vê atualmente nos projetos e contrarreformas propostos para a formação profissional é uma estratégia de conformação da classe trabalhadora, no sentido de desenvolver consensos acerca da disciplina, do esforço, do mérito e da aceitação das condições de exploração e desigualdade. Um projeto superficial, barato, flexível, unilateral e apressado de formação de trabalhadores é essencial para formar indivíduos que poderão ser descartados e substituídos sem nenhum tipo de dificuldade, haja vista o grande número de desempregados que estão disponíveis para aceitar qualquer tipo de oferta em prol de sua sobrevivência.

Ficou evidente, também, a dimensão regressiva que foi atribuída à formação profissional. O resgate de pontos da Teoria do Capital Humano e da Pedagogia das Competências – que são atualizadas com discursos relacionados ao empreendedorismo, à meritocracia, às competências socioemocionais e à necessidade de flexibilidade e adaptabilidade do trabalhador às precárias condições atuais – formam o cenário de uma tempestade perfeita, dentro da qual a crise justifica qualquer tipo de medida, uma vez que se vende a ideia de que não há outra alternativa. É por isso que se percebe que as competências socioemocionais ensejadas por este movimento dizem respeito apenas à comportamentos que são desejáveis e compatíveis com um contexto de exploração, intensificação do trabalho e produtividade. Não são citados nenhum tipo de competências socioemocionais relacionadas à necessidade de transformar o mundo, de não se adaptar ou não se acomodar com as injustiças e desigualdades. Tudo é feito tendo em vista a resignação e a pacificação social.

Seja qual for o contexto discursivo ou normativo no qual as competências socioemocionais têm se manifestado, a resiliência, a disciplina, o esforço, a perseverança, a estabilidade emocional e a capacidade de suportar pressões são aspectos, comportamentos e traços da subjetividade humanos mais ressaltados como fatores explicativos do êxito escolar,

social e econômico de sujeitos individuais e coletivos (MAGALHÃES, 2021, p. 80 – 81)

Como já destacado, os impactos dessa visão são desastrosos tanto para indivíduos quanto para o país como um todo. Estão em disputa, aqui, os conflitantes e antagônicos interesses da classe trabalhadora (que busca a emancipação através de uma formação para o trabalho que gere autonomia) e os interesses do capital (buscando sempre acumular e explorar cada vez mais). Vale resgatar, a partir disso, o entendimento de Marx (2017), para quem o capital enriquece porque explora e impõe sobretrabalho numa porção da classe trabalhadora, enquanto desemprega e coloca na ociosidade a outra parcela. O trabalhador empregado, neste contexto, se sujeita a isso para não ser substituído pelo desempregado.

todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um apêndice da máquina, aniquilam o conteúdo do seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso (MARX, 2017, p. 720).

No plano nacional, o que se observa é que essa compreensão fragmentada e regressiva da EPT dialoga diretamente com um país periférico, marcado pela exploração e pela dependência, confirmando, aprofundando e reproduzindo essa relação. Tal situação não é vista como um acidente, uma vez que faz parte de um projeto que imbrica desenvolvimento e subdesenvolvimento, relacionando também modernidade e atraso, acumulação primitiva e acumulação capitalista, novo e velho. Estes conceitos, aparentemente antagônicos, são harmonizados pelo alto, obedecendo os interesses das elites nacionais, realizando aquilo que Florestan Fernandes identificou como modernização conservadora: “uma evolução histórica em que o ‘setor velho’ da economia não se transformou e nem se destruiu para gerar o ‘setor novo’. Daí se originou um paralelismo econômico estrutural,

tão orgânico e profundo quanto persistente” (FERNANDES, 1975, p. 80 – 81). É neste sentido que se percebe a atualidade do pensamento de Francisco de Oliveira (2003) quando afirma que a história do Brasil combinou, num processo truncado, o moderno e o atraso, produzindo, a partir disso a barbárie da miséria e a opulência do capital, resultando num animal malformado⁸ que dá vida à uma realidade monstruosa, cheia de tragédias, *apartheids*, e efeitos perversos.

Além do já exposto, resta uma conclusão que deve ser central a partir desta análise: diante das disputas aqui destacadas, não é a elite dirigente e dominante que deve planejar e definir a forma de educação e formação da classe trabalhadora, uma vez que ambas possuem interesses inconciliáveis. O importante é que se fortaleça um projeto em que os trabalhadores não sejam afastados do conhecimento que eles mesmo produzem em seu processo de trabalho e consigam implementar políticas educacionais fundadas na emancipação, na liberdade e na autonomia. Tal desafio não é simples, mas precisa ser enfrentado com urgência, de forma organizada, estratégica e intencional.

Por entender que a perspectiva da educação de Marx tem caráter programático, que articula diferentes dimensões é que defendemos que ao lado do princípio educativo do trabalho é preciso que se desenvolvam processos educativos dos trabalhadores pelos trabalhadores sob as circunstâncias mesmas de sua existência real, sob seu total controle. Esse processo de autoeducação desenvolvido pelos explorados procura transformar a classe em si em classe para si, ou seja, pretende preparar o proletariado (e toda a massa de explorados e oprimidos pelo capital) para os enfrentamentos teóricos e práticos classistas e para a defesa e afirmação de sua perspectiva histórica (SOUSA JUNIOR, 2021, p. 545 – 546).

Por fim, vale resgatar a importância da política de criação e expansão dos Institutos Federais dentro deste cenário de pesquisa. Ainda que a Rede de IFs tenha sido criada sob a marca de uma orientação neodesenvolvimentista (com todos os limites e contradições que isso possa representar) é impossível negar a força desta iniciativa. Mesmo sendo um projeto mais próximo a uma

⁸O autor faz referência aqui ao ornitorrinco (OLIVEIRA, 2003).

estratégia burguesa de educação, a política dos IFs pode ser usada, tal como destacado como Frigotto (2018) como uma travessia, ou seja, uma fase de transição. O caráter interiorizado dos *campi* dos Institutos, o investimento em estrutura, a capacitação do corpo docente, a proposta do Ensino Médio Integrado, a realização de projetos de pesquisa e extensão e a busca pelo desenvolvimento de ciência e tecnologia aplicadas às necessidades da região em que estão inseridos são estratégias para superar a fragmentação, o retrocesso e a precarização para a qual as políticas atuais sinalizam, podendo gerar avanços e melhorias nas condições de vida. Isso indica que já há um caminho que pode ser seguido. Resta, apenas, entender seus limites, superar suas contradições, resistir aos ataques e avançar com aquilo que representa seu maior potencial contra-hegemônico de emancipação e superação do atual estado de coisas.

Referências

- ACCIOLY, Inny; LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. As Competências Socioemocionais na Formação da Juventude: Mecanismos de Coerção e Consenso frente às Transformações no Mundo do Trabalho e os Conflitos Sociais no Brasil. **Vértices** (Campos dos Goitacazes), v. 23, n. 3, p. 706 – 733, 2021.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995, p. 9 – 23.
- BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOITO JR., Armando. **Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT**. Campinas: Editora da Unicamp / Unesp, 2018.
- CATINI, Carolina. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. **Revista USP**. São Paulo. n. 127. p. 53 – 68. out./nov./dez., 2020.
- CHAUÍ, Marilena. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e Irrupción**. v. 10. n. 18. may./oct., 2020, p. 307 – 328.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2ª ed. São Paulo / Brasília: Editora UNESP / FLASCO, 2005a.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2ª ed. São Paulo / Brasília: Editora UNESP / FLASCO, 2005b.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto 5154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 21 – 56.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Novos fetiches mercantis da pseudo-teoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. In: ANDRADE, Juarez de; PAIVA, Lauriana Gonçalves de (Orgs.). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011, p. 18 – 35.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projeto societário, ensino médio integrado e educação profissional: o paradoxo da falta e sobra de jovens qualificados. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2018, p. 42 – 62.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: histórica e implicações**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2014.

MAGALHÃES, Jonas Emanuel Pinto. Competências Socioemocionais: gênese e incorporação de uma noção na política curricular e no ensino médio. **e-Mosaicos**. v. 10. n. 23. jan./abr., 2021, p. 62 – 84.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia perfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de. Do “Estado Providência” o “Estado Penitência”: considerações sobre o Estado Neoliberal e as repercussões para o contexto brasileiro. In: NEVES, Bruno Miranda et al (Orgs.). **Desenvolvimento e Civilização**. v. 1. Curitiba: Appris, 2021a, p. 67 – 82.

OLIVEIRA, Tiago Fávero de. A Educação Profissional e Tecnológica a partir das Novas Diretrizes: da precarização à privatização. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. v. 5. n. 2. 2021b, p. 205 – 228.

Disponível em: <<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1039>>. Acesso em jul. 2022.

- OTRANTO, Celia Regina. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **Revista RETTA**. Ano I. n. 1. jan./jun 2010, p. 89 – 110.
- PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.
- PAULANI, Leda. O Projeto Neoliberal para a Sociedade Brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: NEVES, Lúcia; LIMA, Júlio (Orgs.). **Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2008, p. 67 – 107.
- RAMOS, Marise. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica? Relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trabalho, Educação e Saúde**. v.1. 2003, p. 93 – 114.
- RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Brasil contemporâneo: avanços, recuos e contradições frente a projetos de desenvolvimento em disputa. In: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). **Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras**. Brasília, DF, 2015, p. 97 – 117.
- SOUSA JUNIOR, Justino. **Práxis, Ontologia e Formação Humana**. Lisboa: Atlântico Editorial, 2021.
- WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- I de 2020.